

Movimento Negro em Alagoas

Black Movement in Alagoas

Sara Angélica Bezerra Gomes¹



Resumo: O Movimento Negro Contemporâneo (MNC) no Brasil apresentou diferentes tipos de atuação política nos processos de luta pela valorização da cultura, da estética e do trabalho de homens e mulheres negras/os. Nos anos seguintes após a instalação da ditadura empresarial-civil-militar em 1964, esse movimento procurou formar uma rede de estratégias antirracistas, na tentativa de criticar a ideologia de democracia racial. Nesse contexto, foi criado o Movimento Negro Unificado (MNU), importante organização do MNC, responsável também por articular as lutas contra a desigualdade racial e contra a ideologia da democracia racial em várias regiões do Brasil, na medida em que articulava o debate sobre gênero, raça e classe. E, além dele, no período de 1980 a 2000, no estado de Alagoas, foram criadas a Comissão Pastoral da Terra de Alagoas (CPT/AL), a Associação Cultural Zumbi (ACZ), os Agentes de Pastoral Negros (APNs), o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Alagoas (PAAE/UFAL), o Núcleo de Identidade Étnico-Racial, a Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió, entre outras organizações, que passaram a articular a discussão sobre a questão racial junto aos movimentos sociais e organizações negras nesse estado. Esse artigo, portanto, objetiva discutir com base na bibliografia existente, como a questão racial e crítica a ideologia da democracia racial estiveram presentes no MNC e no MNU, assim como em alguns movimentos sociais e organizações negras do estado de Alagoas.

Palavras-chave: Movimento negro; Ideologia da democracia racial; Alagoas.

Abstract: The *Movimento Negro Contemporâneo* (MNC) [Contemporary Black Movement] engaged in different kinds of political action in the struggle for the valorization of culture, aesthetics and the work of black women and black men. In the following years after the installation of the business-civil-military dictatorship in 1964, this movement apparently sought to form a network of anti-racist strategies, in an attempt to criticize the ideology of racial democracy. In this



context, the *Movimento Negro Unificado (MNU)* [Unified Black Movement] was created, an important organization of the MNC, also responsible for articulating the struggles against racial inequality and against the ideology of racial democracy in several regions of Brazil, as it articulated the debate on gender, race and class. Besides that, in the period from 1980 to 2000, in the state of Alagoas, the *Comissão Pastoral da Terra de Alagoas (CPT / AL)* [Pastoral Land Commission of Alagoas State], the *Associação Cultural Zumbi (ACZ)* [Zumbi Cultural Association], the *Agentes de Pastoral Negros (APNs)* [Black Pastoral Agents], the *Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Alagoas (PAAE/UFAL)* [Affirmative Action Program of the Federal University of Alagoas], the *Núcleo de Identidade Étnico-Racial* [Ethnic-Racial Identity Center], the *Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió* [Maceió City Cultural Action Foundation], among other organizations, which articulated the discussion on the racial issue in some social movements and black organizations in that state. This paper, therefore, aims to discuss on the basis of bibliographic research, how the racial issue and the issue of fighting the ideology of racial democracy were present in the MNC and MNU, as well as in some social movements and black organizations in the state of Alagoas.

Keywords: Black movement; Ideology of racial democracy; Alagoas.



Introdução

A tradição de luta contra o racismo, que contou com diferentes tipos de organizações políticas e culturais em vários setores da população negra brasileira desde o final do século XIX, foi importante para o surgimento, em meio a um período de ditadura militar do movimento negro contemporâneo no Brasil no início da década de 1970. No entanto, podemos encontrar várias características específicas nesse movimento contemporâneo, como por exemplo, o fato de que, diferentemente de momentos anteriores, a oposição ao chamado ‘mito da democracia racial’ e a construção de identidades político-culturais negras foram o fundamento a partir do qual se articularam as primeiras organizações (PEREIRA, 2010, p. 97).

No Brasil, o Movimento Negro Contemporâneo (MNC), resultou de diversas experiências adquiridas pelo movimento negro. Como observou Pereira na epígrafe acima, o MNC encontrou maior respaldo de uma parte da população negra brasileira depois da instauração da ditadura empresarial-civil-militar em 1964. A ideologia da democracia racial usada para ocultar as diferenças raciais, socioeconômicas, políticas e culturais no Brasil, contribuiu para que as elites políticas conservadoras deixassem de lado o debate sobre os problemas causados pelo racismo. Tendo papel relevante para o fortalecimento dessa ideologia, a produção bibliográfica de Gilberto Freyre, em especial seu livro “Casa Grande e Senzala”, tornou-se nas últimas décadas do século XX, objeto de críticas de muitas organizações negras, as quais passaram a discutir com maior ênfase a questão da ideologia da democracia racial, no decorrer da década de 1970, ainda que enfrentassem os desagregos políticos provocados pela ditadura civil-empresarial-militar (DOMINGUES, 2007, p.113).

A chegada do regime republicano catalisou um processo de maior exclusão dos negros/as das questões políticas. E esse processo de exclusão foi amenizado por argumentos harmoniosos e agregadores, como os produzidos por intelectuais como Freyre. Ele defendeu no século XX a colonização portuguesa no Brasil, tratando-a como positiva e vantajosa para o funcionamento da sociedade (2006, p. 65-90). Para justificar o caráter agregador da colonização portuguesa, Freyre defendeu os aspectos híbridos da administração portuguesa para o sucesso no processo de miscigenação no Brasil, uma vez que:



A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi um processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo prepara-os a íntima convivência, o intercuro social e sexual com raças de cor (FREYRE, 2006, p. 70).

Essa defesa de Freyre em relação a colonização portuguesa contribuiu para produzir uma máscara de ocultação das desigualdades raciais, e para deixar de lado o debate sobre a relação entre raça e classe (NASCIMENTO, 1978, p. 72-77). Entretanto, na década de 1970, o Movimento Negro Contemporâneo organizado por meio da criação de outros movimentos, como o Movimento Negro Unificado (MNU), consolidou-se a partir de uma perspectiva mais agressiva de crítica aos argumentos produzidos por Freyre e outros intelectuais, que ao defenderem o caráter agregador da colonização portuguesa, difundiram a ideia de democracia racial no Brasil (DOMINGUES, 2007, p. 112).

Segundo Guimarães (2001, p. 8), no Brasil “a expressão ‘democracia racial’ aparece pela primeira vez um pouco antes do fim da Segunda Guerra”. Ela foi desenvolvida a partir das leituras que alguns pesquisadores realizavam das obras de outros intelectuais, como Gilberto Freyre e Jorge Amado. A esse respeito, Roger Bastide utilizou a expressão “democracia racial” para explicar que havia no Brasil liberdade estética e cultural e convívio miscigenado (GUIMARÃES, 2001, p. 10).

Um dos intelectuais que denuncia a ideologia da democracia racial, escancarando as contradições entre discursos e práticas do preconceito racial é Florestan Fernandes, no contexto de 1964 (GUIMARÃES, 2001, p. 11). Após ter início esse movimento de acusação contra essa ideologia nas universidades, “durante toda a década de 1980, o ‘mito da democracia racial’ será denunciado sistematicamente como um dogma da ‘supremacia branca’ no Brasil” (GUIMARÃES, 2001, p. 15).

Diferentemente de outras organizações negras que lutaram contra a discriminação racial, como a Frente Negra Brasileira (FNB), surgida na década de 1930 na cidade de São Paulo, e o Teatro Experimental do Negro, surgido na cidade do Rio de Janeiro na década de 1940, o MNC e MNU aparentemente estiveram preocupados com um tipo de atuação política mais radical, para modificar a forma de inserção de homens e mulheres negros/as nos diferentes setores do Estado Brasileiro (DOMINGUES, 2007, p. 113).

Com a consolidação do MNU, outras organizações espalhadas pelo país



passaram a discutir com maior ênfase a questão da discriminação racial, como foi o caso da “Associação Cultural Zumbi” e do “Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros” (NEAB) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), ambos situados no estado de Alagoas (PEREIRA, 2010, p. 185). Nesse estado, entretanto, a luta da população negra contra a discriminação racial e por melhores condições de vida, apresenta uma trajetória histórica que remonta ao período no qual Alagoas ainda pertencia a capitania de Pernambuco, século XVI.

Dentro desta perspectiva, Silva (2008, p. 14) observou que a luta de homens e mulheres negros/as nesse estado, por melhores condições de vida e valorização de sua cultura ocorre há longa data, antes do século XX. Entretanto, a partir da década de 1970, após a reorganização do movimento negro no Brasil é que surgem as primeiras entidades a propor discussões a sobre a problemática racial no referido estado, pois antes desse período, os problemas econômicos que as elites políticas desse país vivenciaram no século XIX, com o aprofundamento do tráfico interprovincial de escravos, criaram formas de silenciar as experiências de luta de homens e mulheres negros/as que foram comercializados entre os diferentes estados brasileiros.

Para Teixeira (2016, p. 47), o comércio interprovincial de escravos no século XIX, polarizou o debate político em torno da escravidão, devido a busca da lucratividade do açúcar em relação ao café. Além disso, no comércio interprovincial de escravos, o Nordeste foi o principal vendedor de escravos para o Sudeste (TEIXEIRA, 2016, p. 41). E nessa ocasião, Alagoas perdeu muitos escravos (TEIXEIRA, 2016, p. 41).

A venda de escravos era um negócio rentável no século XIX. E, principalmente no período da seca de 1877, várias províncias sofreram com o tráfico interprovincial, pois se viram obrigadas a vender escravos (TEIXEIRA, 2016, p. 41). Em termos paradoxais, o tráfico interprovincial no século XIX parece ter contribuído para o surgimento tardio, das primeiras entidades que se propunham a discutir a problemática racial no estado de Alagoas, pois durante esse tráfico, Salvador e Recife eram entrepostos centrais para a navegação da monocultura de exportação, e, portanto, foram os estados do Nordeste que mais conseguiram manter escravos naquela conjuntura (TEIXEIRA, 2016, p. 42).

Assim, a partir da década de 1970, várias organizações que começaram a discutir a questão racial em Alagoas tiveram influência de outros movimentos negros surgidos na Bahia (SILVA, 2008, p. 12-33). A esse respeito, Silva ainda destacou que é o processo de tombamento da Serra da Barriga, no município de União dos Palmares, nos anos de 1980, responsável por ocasionar essa



emergência de entidades negras em Alagoas, pois houve intensificação dos movimentos sociais nesse local (SILVA, 2008, p. 15).

Segundo Silva, a partir da década de 1970, as estratégias de valorização da cultura negra em Alagoas variavam de um momento para outro. Algumas organizações negras destacavam a musicalidade, outra a capoeira, outra o hip hop (SILVA, 2008, p. 12-33). Em sintonia com essas discussões, o movimento negro alagoano apresentou uma ampla concepção do que viria a ser cultura negra valorizada e visível. Mas, os vínculos de organizações do movimento negro alagoano com o poder instituído, comprometeram a postura política desse movimento (SILVA, 2008, p. 33).

Desse modo, com base em uma pesquisa bibliográfica, o presente artigo apresenta como a questão racial e a luta contra a ideologia da democracia racial estiveram presentes no MNC e no MNU, assim como em alguns movimentos sociais e em organizações que discutem a questão racial em Alagoas.

A questão racial no Movimento Negro Contemporâneo

A ideologia da democracia racial não parece ter sido um tema relevante para algumas organizações e movimentos sociais rurais e urbanos antes da década de 1980. Até as últimas três décadas do século passado, movimentos sociais cujas pautas de reivindicação estivessem exclusivamente voltadas para desconstrução da ideia de igualdade racial no Brasil não era um fenômeno de destaque. Outras pautas de reivindicação voltadas para assuntos como “desemprego”, “salários”, “indústria”, “inflação”, “educação”, “saúde” e “terra”, por exemplo, eram temas mais discutidos pelos movimentos sociais rurais e urbanos, mas a questão da ideologia da democracia racial não era devidamente enfatizada. Poucas críticas eram feitas a ideologia da democracia racial (COSTA, 2010, p. 367-387).

Apenas nas duas últimas décadas do século XX, a ideologia da democracia racial torna-se alvo de maiores críticas pelo movimento negro, a exemplo do Movimento Negro Contemporâneo. Esse movimento percebeu essa ideologia como uma construção capaz de disfarçar as formas de exclusão, espoliação e desvalorização dos/as trabalhadores/as negros/as nos diferentes tipos de trabalho na zona rural e urbana, tanto antes quanto depois do pós-abolição, e, principalmente no curso do regime republicano.

Ao abordar a questão da ideologia da democracia racial, o MNC destacou várias implicações negativas causadas pela mesma. Uma dessas implicações corresponde à própria formação do mercado de trabalho no Brasil, o qual



também fora definido por uma divisão racial. A esse respeito, tomando como base as discussões de Andrade, desde antes da República, o fator econômico e a preocupação em proteger o território da invasão de outras nações, especificava qual porção territorial deveria ser povoada e determinava qual tipo de trabalhador/a deveria ser usado nesse processo, pois:

A penetração para o interior foi feita a partir dos núcleos coloniais próximos à costa – Pernambuco, Bahia e São Vicente – visando a redução dos índios e sua escravização e a procura de pastagens para o gado bovino, formaram grandes fazendas, e em um século, a apropriaram de todo o sertão nordestino (ANDRADE, 2004, p. 33).

Além disso, Freyre observou que no solo massapê, ou seja, na Zona da Mata, permaneceram os trabalhadores/as negros/as de estilo “dócil”, e para as demais partes do Nordeste foram enviados homens e mulheres negros/as cujas características fenotípicas não satisfaziam os critérios físicos de força e altura para produção da cana de açúcar. Essas atividades desenvolvidas antes do século XX por homens negros e mulheres negras, parecem ter sido determinantes para reforçar a ideologia da democracia racial, muito propagada no século XX. Conforme Costa (2010, p. 380-381):

Desde o período colonial, o monopólio dos meios de produção pela minoria branca (fazendeiros, comerciantes, burocratas) e as limitadas oportunidades de participação econômica, política e social das massas criara as bases de um sistema de clientela e patronagem. No interior desse sistema, brancos pobres, negros livres e mulatos (a maioria da população) funcionava como clientela da elite branca.

A forma de inserção dos trabalhadores/as negros/as nas atividades produtivas antes ou depois de instituída a República, fossem elas voltadas para a produção da cana de açúcar ou não, bem como a inserção desses trabalhadores em cargos do Estado, antes ocupados apenas pela elite branca no período da Monarquia e da Primeira República, criou aquilo que Costa (2010, p. 369) designou como ideologia da democracia racial. Essa ideologia refere-se a um tipo de construção responsável por silenciar determinados problemas de um fenômeno extenso.

A ideologia da democracia racial limitou o aprofundamento de muitos



movimentos sociais, protagonizados por homens negros e mulheres negras. E no final desse século, por exemplo, essa ideologia embora sendo criticada por outros intelectuais, como Costa (2010), ainda contribuía para determinar o processo de divisão do trabalho que desqualificava a mão de obra de trabalhadores/as negros/as. Como observou Santos (2005, p. 37):

É na história concreta de uma nação que encontramos os nexos explicativos da valorização. Portanto, se na sociedade brasileira há uma desvalorização social das dimensões de raça e gênero, ela incidirá como fator de barateamento no valor da força de trabalho das mulheres e negros.

A hipervalorização da dicotomia capital-trabalho pelos movimentos sociais organizados por uma parte da esquerda brasileira, deixou os mesmos limitados para outras questões que impactam diretamente na reprodução do capitalismo, como a questão da segregação racial. Como destacou Albuquerque e Fraga Filho (2006, p.290):

A questão racial também não encontrava lugar nas organizações de esquerda. Para a maioria delas, a desigualdade e o preconceito raciais eram decorrentes da exploração da classe dominante no sistema capitalista. Para a esquerda, só a revolução socialista poderia aniquilar toda e qualquer desigualdade, por isso não fazia sentido uma luta específica contra o racismo. Ao eliminar a desigualdade social, automaticamente se eliminaria a desigualdade racial – era assim que a maioria da esquerda pensava.

A segregação racial tornou-se um elemento para manter as desigualdades econômicas e sociais no Brasil, produzidas pelo sistema capitalista. Na cidade ou no campo, o barateamento de trabalhadores/as negros e negras foi organizado de diferentes formas. Mas para Andrade, os pobres e negros/as do campo com o avanço do capitalismo nessa área, “não tinham condições de recorrer à justiça e, ou se retiravam para áreas ainda mais distantes, abrindo novas roças, ou se transformavam em assalariados temporários dos novos senhores” (1989, p. 23).

No caso das trabalhadoras negras, a mão de obra das mesmas, no campo ou na cidade, era ainda mais desvalorizada. Ao trabalho realizado por elas foi atribuído o estatuto de inferioridade, e no campo essas trabalhadoras passavam por outros tipos de exploração para aumentar a geração de trabalhadores/as negras



e negros, como a exploração sexual. No campo ou cidade, a segregação racial foi um requisito para a construção da desigualdade social para população negra/miscigenada. Assim, “para lutar contra essas práticas racistas, trabalhadores e intelectuais negros de todo o Brasil começaram a criar associações, grêmios e clubes que discutiam a discriminação” (SANTOS, 2017,p.261). Dentro dessas organizações diversas atividades eram pensadas para exaltar a cultura negra, mas é nas últimas décadas do século XX que os movimentos negros passam a revisitar ainda mais a “história brasileira para acabar com a ideia de que o Brasil era um país sem racismo” (SANTOS, 2017,p.266).

Por essas razões, no Movimento Negro Contemporâneo, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada como elemento de mobilização e de mediação das reivindicações políticas (DOMINGUES, 2007, p. 102). Mas, apenas no final do século XX, quando os movimentos negros assumiram novos contornos, a questão da ideologia da democracia racial ganhou maior atenção nas reivindicações desses movimentos. Isso decorre em parte devido a conjuntura política após a década de 1960, na qual a perda de direitos sociais, somada a atuação violenta do Estado contra os movimentos sociais, acarretou um momento de inflexão desses movimentos (NAPOLITANO, 1998, p. 27).

Para o Movimento Negro Contemporâneo, desconstruir a ideologia da democracia racial parece ter sido também uma estratégia para unificar as lutas em torno da noção de raça e classe (DOMINGUES, 2007, p. 113), pois muitos sindicatos de operários e organizações como a Frente Negra Brasileira (FNB), criada no estado de São Paulo na década de 1930, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado no estado do Rio de Janeiro na década de 1940, na medida em que se preocupava com outras questões, como a criação de associações negras, jornais negros, formação e alfabetização de militantes negros, aparentemente não enfrentavam outras construções ideológicas que impediam e/ou desvalorizavam a inserção dos negros/as na política e no mercado de trabalho.

No Brasil, como ressaltou Gevanilda Santos no livro “O negro e o socialismo”, havia um descompasso entre as ideias da convergência socialista e de algumas organizações negras que não acreditavam nos propósitos de reivindicação contra a discriminação racial das esquerdas (SANTOS, 2005, p. 24-27). Com a ascensão do Movimento Negro Contemporâneo, essas diferenças entre classe e raça configuravam-se como problemas frequentes nos debates do movimento negro e da esquerda brasileira que possuía diferentes vertentes político-ideológicas.



Dentro dessa perspectiva, Santos (2005, p. 25) aborda que a esquerda ao dar “exclusivismo ao capital-trabalho como a principal contradição para explicar a exploração e a opressão da população negra no Brasil”, mostrava não conhecer a realidade racial brasileira. Assim, o Movimento Negro Contemporâneo teve início com essas divergências, fenômeno também analisado no trabalho “O genocídio do Negro Brasileiro” de Abdias Nascimento.

Nesse trabalho, Nascimento revela que várias estratégias foram criadas pelos governos antes da década de 1960 para silenciar o debate sobre a questão da discriminação racial. Essas estratégias variavam desde a eliminação no censo de informações referentes a origem racial e a cor dos recenseados, ao silenciamento de questões referentes a raça na própria constituição (NASCIMENTO, 1978, p. 77). Nascimento escreveu que:

Nenhum meio legal de protesto, de busca de alívio contra a injustiça racial, existe para o grupo discriminado e oprimido, desde que a lei-formal e distante- recolhe a todos em seu seio ‘democrático’. O presente governo do Brasil tem tomado medidas para proibir completamente a discussão do tema racial, fato que implicitamente nega toda possível credibilidade à ‘democracia racial’ (NASCIMENTO, 1978, p. 79).

O MNC por volta da década de 1970 passa a discutir sobre a postura do governo e da esquerda brasileira a respeito da questão racial. Nesse contexto surgiu o Movimento Negro Unificado que embora tenha originado de uma organização de tendência socialista, a saber: o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), não acreditava nessa tendência socialista (SANTOS, 2005, p. 33). Isso porque a princípio, a Liga Operária e o Núcleo Negro Socialista do MUCDR, entidades das quais emergiu o MNU, “nunca chegaram a definir uma política anti-racismo, o que de certa forma contribuiu para o enfraquecimento do Núcleo Negro” (SANTOS, 2005, p. 35).

O MNU foi criado no ano de 1978 e representou uma importante organização do MNC, articulando o debate sobre raça e classe, o qual inseriu as pautas de reivindicação do movimento negro dentro das preocupações de uma parcela da esquerda (PEREIRA, 2010, p. 187). Além disso, nos anos seguintes após a constituição do MNU, surgiram outras entidades que passaram a tratar da questão racial, dentre eles: o Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão, em 1979 e a Associação Cultural Zumbi (ACZ) em Alagoas (PEREIRA, 2010, p. 198). Conforme Pereira (2010, p. 198-199):



Houve ainda entidades formadas no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, e que também tinham no MNU uma importante referência para sua criação. Um dos fundadores do GRUCON em 1981, Frei David, relatou em sua entrevista o processo de criação de organizações negras no âmbito da Igreja Católica, sempre marcadas por conflitos e cisões, em função da existência de negros vinculados a esquerda, e que certamente tinha o discurso radicalmente politizado do MNU como uma importante referência para sua atuação.

O MNU tornou-se uma importante organização do MNC, na medida em que articulava também as lutas contra a desigualdade racial e contra a ideologia da democracia racial em várias regiões do Brasil, chamando a atenção de muitas instituições para essa questão, a exemplo da Igreja Católica. Algumas organizações estabelecidas a partir dos princípios da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os Agentes de Pastoral Negros, ambos em Alagoas, também trataram da questão racial em seus processos de luta e reivindicação, como será abordado adiante.

A questão racial nos movimentos sociais e organizações negras no estado de Alagoas

As circunstâncias que teriam motivado a construção dessa ‘consciência negra’ e a criação dessa e outras organizações no Rio de Janeiro são bastante semelhantes, por exemplo, às circunstâncias que motivaram a criação de organizações em outras partes do país, como a Associação Cultural Zumbi (ACZ) (PEREIRA, 2010, p. 182).

O movimento negro contemporâneo reflete um fenômeno de expansão da luta contra a discriminação racial em várias regiões. Esse fenômeno, para Pereira, não foi heterogêneo e descentralizou a ideia de que o movimento negro só poderia ocorrer no eixo Rio-São Paulo. No momento de ascensão do Movimento Negro Contemporâneo, outras organizações negras surgiram ou se reorganizam em outros estados, principalmente em Alagoas, como a Associação Cultural Zumbi (ACZ), mencionada na epígrafe acima.

Criada no ano de 1979, a ACZ também representou parte da expansão da luta contra a democracia da discriminação racial deflagrada nas últimas décadas do século XX. Na mesma década de criação da ACZ, também foram criadas



organizações negras em outros estados como: o “Grupo Palmares” no estado do Rio Grande do Sul; o “Centro de Cultura e Arte Negra” (CECAN) no estado de São Paulo; o bloco “Ilê Aiyê”, na Bahia, entre outras (PEREIRA, 2010, p. 166). Ainda em Alagoas, surgiram várias organizações negras entre as décadas de 1970 a 2000: a União das Mulheres de Maceió, o Conselho Indigenista Missionário, os Agentes da Pastoral Negros, o Centro de Cultura e Estudos Anajô, a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-AL), o Núcleo de Cultura Afro-Brasileira Iyá Ogun-té, o Centro de Cultura e Cidadania Malungos do Ilê, no bairro Bebedouro, o grupo Quilombo 2000, o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Alagoas (PAAE/UFAL), o Núcleo de Identidade Étnico-Racial, a Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió, a Coordenação de Entidades Negras de Alagoas, a Fundação Alagoana de Capoeira, o Fórum de Entidades Negras de Alagoas (SILVA, 2008, p. 12-33).

Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 284) afirmaram que “a expansão dos meios de comunicação de massa, os discos de vinil e as fitas cassetes colocaram os afro-brasileiros em contato com as invenções musicais negras de outras partes do mundo, do Caribe, da Europa e da África” ajudaram na expansão do Movimento Negro Contemporâneo. Além disso, o MNC articulado por meio do Movimento Negro Unificado, como já informado anteriormente, também acompanhou o movimento *Black Power* nos Estados Unidos em defesa de direitos e oportunidades iguais para os negros e negras norte-americanos/as, fator que parece ter impactado os militantes e intelectuais negros em todo Brasil (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 287).

A influência desses movimentos do exterior ter ampliado a rede de luta contra a ideologia da democracia racial no Brasil, no contexto da ditadura empresarial-civil-militar de 1964 a 1985. Em função disso, as práticas culturalistas, ou seja, as práticas de exaltação a produções específicas de homens e mulheres negros/as, tornaram-se importantes para consolidar o MNC (PEREIRA, 2010, p. 174). Conforme Pereira (2010, p. 168), devido a conjuntura política das décadas de 1960 e 1970, era arriscado atrelar apenas a questão política aos movimentos negros durante a ditadura.

Desse modo, quando criada a ACZ no estado de Alagoas, muitas disputas estavam ocorrendo para dar um novo significado ao movimento negro no Brasil. Nesse período, a ACZ aproveitando a expansão desses movimentos na década de 1970, passou a discutir a possibilidade de construção de um Parque Nacional Zumbi dos Palmares, na Serra da Barriga, no município de União dos Palmares, Alagoas. Na ocasião, entretanto, alguns militantes e intelectuais



negros como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales e Joel Rufino dos Santos, criticaram o fato desse parque ter apenas um aspecto turístico e comercial no início (PEREIRA, 2010, p. 202).

O parque foi construído nos anos de 1980, com o apoio da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Após sua construção, muitas organizações e movimentos se aproximaram deste espaço e dos significados a ele associado, como a Comissão Pastoral da Terra de Alagoas (CPT/AL). Aproveitando da conjuntura de reorganização do movimento negro no Brasil, a CPT ao iniciar suas romarias na Serra da Barriga, localizada no estado de Alagoas, destacou que em 1988 havia um “silenciamento” do movimento negro para com a defesa dos direitos dos moradores negros e negras da referida serra (LIMA; SANTOS, 2014, p. 58).

Mas, mesmo destacando esse silenciamento do movimento negro com relação aos direitos das mulheres e homens negros/as da Serra da Barriga, a CPT/AL, aparentemente não estabelecia muitas discussões sobre a problemática racial em Alagoas. A CPT/AL, envolveu-se com os trabalhadores/as rurais nas lutas pela propriedade da terra, embora não tenha se constituído enquanto organização de luta contra a discriminação racial. Além disso, esse movimento da Igreja Católica tratou de combater a discriminação racial em outros movimentos sociais. Como destacou Lima em sua dissertação de mestrado em História, intitulada ‘Terra, poder e liberdade: a ocupação sem terra na Flor do Bosque’:

A transição da Pastoral Rural à CPT/AL refere-se ao papel cumprido pelos padres responsáveis pelos trabalhos da Pastoral Rural de Alagoas, que participaram ativamente do processo de ruptura imposto pelo arcebispo de Olinda e Recife e, conseqüentemente, da fundação da CPT regional Nordeste II e de sua criação na arquidiocese de Maceió (LIMA, 2016, p. 57).

Ainda conforme Lima, a CPT/AL é uma derivação de movimentos seguidores da teologia da libertação, a qual possuía diferentes linhas de atuação a favor dos despossuídos da terra, e configura-se como “um somatório de um processo que se inicia em 1975, com a sua fundação nacional nas terras do Norte do país, como também devido à conjuntura eclesial do final da década de 1980, na Igreja do Regional Nordeste II” (LIMA, 2016, p. 58). Ela é uma organização de fronteiras que estabeleceu relações com diversas entidades da sociedade e dialogou com as lutas contra a ideologia da democracia racial combatida pelo



Movimento Negro Contemporâneo.

Analisando o livro intitulado “Terra e Pastoral em Alagoas: conflito e liberdade”, organizado por Sávio de Almeida, Lima e outros pesquisadores, percebe-se que em algumas das romarias organizadas pela CPT no estado de Alagoas, muitos elementos bíblicos, históricos, sociais e religiosos estiveram presentes nas mesmas, e a discussão de combate a questão da ideologia da democracia racial parece ter-se feito presente em muitos momentos nessas romarias.

Como destacado por Lima e Santos (2014, p. 57), no trabalho “Romaria da Terra e das Águas: o povo em caminhada”, inserido no livro mencionado acima, o começo das romarias em Alagoas deu-se na Serra da Barriga, uma vez que este lugar guarda a memória de uma luta e de uma experiência por liberdade na história do Brasil, o já mencionado Quilombo dos Palmares. Essa romaria na Serra da Barriga ocorreu em 1988 e contou com diversas cartilhas de apoio para a população negra.

Os argumentos utilizados nessas cartilhas para as primeiras romarias ocorridas em Alagoas defendiam temas como: o alagoano é um povo romeiro; a luta dos negros por liberdade, entre outros. A primeira romaria na Serra da Barriga ocorreu porque na década de 1980 havia um profundo “silenciamento” do movimento negro para com a defesa dos direitos dos moradores dessa serra, dos negros/as e da história dos conflitos raciais em nosso país (LIMA; SANTOS, 2014, p. 58). Além disso, essa romaria ter ocorrido na Serra da Barriga porque naquele período o governo federal pretendia retirar as famílias dessa localidade, para tornar o lugar um atrativo turístico (LIMA; SANTOS, 2014, p. 58).

A atuação da CPT na Serra da Barriga na década de 1980, entretanto, não parece se apresentar como apenas um ato de altruísmo. Isso porque essa organização estava dependente de um motivo específico para legitimar sua atuação em Alagoas e o movimento negro no Brasil estava passando por uma reorganização a partir do (MNU) (DOMINGUES, 2007). Quando a CPT/AL deixou a romaria na Serra da Barriga para ocupar outros assentamentos em Alagoas, a questão racial já não estava mais em destaque nos temas das romarias que se sucederam em outras partes do estado de Alagoas.

Em algumas romarias ocorridas na década de 1990 até os primeiros anos do século XXI, os temas em destaque foram: “Deus cria tudo, para todos”, ocorrida em 1992 na cidade de Piranhas/Alagoas; “Água para produzir vidas”, ocorrida em 2009 na cidade de Água Branca/Alagoas, entre outras (LIMA; SANTOS, 2014, p. 60-63). Para Almeida, no referido livro “Terra e Pastoral em Alagoas: conflito



e liberdade”, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização derivada da ala progressista da Igreja Católica, fomentada no contexto da ditadura civil militar, ela se constituiu em um movimento de contraposição ao avanço do capitalismo na área rural e de defesa da democracia brasileira (LIMA; SANTOS, 2014, p. 18).

O surgimento da CPT/AL, portanto, deu-se em um momento de ascensão dos movimentos sociais contra as formas de espoliação dos trabalhadores/as da área rural, e contra as formas de avanço do capitalismo entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, pois “naquele momento a “esquerda radical” encontrava-se “mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas”(ROLLEMBERG, 2010, p. 50). No referido contexto, a área rural assistiu novas formas de espoliação de trabalhadores/as rurais, como destacou Silva, no livro “Serra dos perigosos: guerrilha e índio no Sertão de Alagoas”:

Nos contornos do golpe, uma nova característica de esquerda se afirmava no Brasil. Inclusive, algumas organizações ligadas à Ação Católica avançava em práticas e propostas políticas, o que se traduziria em uma ação engajada em projeto de transformação da realidade social, trabalhando-se o que seria entendido como Ideal Histórico. A crítica ao capitalismo, ao modo de construção da sociedade nacional, levava ao diálogo entre grupos cristãos e grupos marxistas, a exemplo do que se dava em outras áreas de influência sobre o pensamento católico, como a França. Firmava-se um distanciamento da política conservadora católica (SILVA, 2007, p. 123).

Assim, o desenvolvimento de ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no meio rural no contexto supracitado, principalmente na década de 1980, reflete também parte das transformações pelas quais os movimentos sociais da área rural estavam passando. Mas, até a década de 1980, a questão da ideologia da desigualdade racial ainda não parecia ser abordada com ênfase por parte dos movimentos sociais dessa área, os quais aparentemente estavam mais voltados para tentar solucionar os problemas causados pela atuação das oligarquias.

Além da CPT, outros movimentos/experiências associados a Igreja Católica, abordaram da questão racial em Alagoas, dentre eles: os Agentes da Pastoral Negros (APNs). Esses atuavam na percussão da musicalidade negra e depois constituíram o Centro Cultural de Estudos Étnicos Anajô, o qual estava envolvido com o conselho gestor do Parque Memorial Zumbi de Palmares (SILVA, 2008, p. 21). Percebe-se que com o tombamento da Serra da Barriga



na década de 1980, as atividades preocupadas em destacar a problemática racial nesse local se intensificaram, assim como se intensificou a criação ou a reorganização de movimentos ou manifestações sociais, cujas pautas de luta passaram a destacar essa problemática, a exemplo de algumas organizações vinculada a Igreja Católica, como a CPT/Al e os APNs.

Silva (2008, p. 16) destacou, entretanto, que a alusão aos acontecimentos da história negra alagoana, promovida por movimentos sociais, muitas vezes não ultrapassou o batismo de praças públicas. Para ele, algumas organizações negras de Alagoas desenvolveram um exercício contínuo de alimentação e verbalização de novas e velhas maneiras de se manifestar a negritude, distanciando-se historicamente do caráter étnico, pois eram financiadas pelo poder público instituído (SILVA, 2008, p. 17-33).

A questão racial em Alagoas, quando abordada em locais públicos como escolas ou praças, por exemplo, seguiam muitos critérios que não eram definidos em sua maioria, pela própria comunidade de homens e mulheres negros/as desse estado. Entre as décadas de 1980 a 2000, organizações que destacavam a questão racial, além de terem sido centralizados na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, eram incentivados pelo governo federal, a exemplo do “Grupo Quilombo”, “Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Alagoas”, “Núcleo de Identidade Étnico Racial”, “Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió”, “Coordenação de Entidades Negras de Alagoas”, entre outras (SILVA, 2008, p. 12-33).

Assim, a temática racial passou a ser levada para as escolas em Alagoas, por meio de projetos de valorização da cultura negra, desenvolvidos por essas organizações. Uma das organizações que se destacava nesse processo era o “Centro e Cidadania Malungos do Ilê”, no bairro bebedouro, na cidade de Maceió (SILVA, 2008, p. 21). Essa organização incentivou a reconfiguração de terreiros de candomblé no estado, para que os mesmos fossem apresentados as escolas (SILVA, 2008, p. 23).

As organizações negras em Alagoas, surgidas na década de 2000, foram organizadas com base na lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história da cultura afro-brasileira e africana (SILVA, 2008, p. 12-33). Essa lei torna obrigatório o ensino da história da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas, buscando destacar a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira, na medida em que retira o termo “escravidão” como a única ou principal questão para pensar a história dos homens e mulheres negros/as do Brasil.



Assim, em função da própria trajetória histórica dos homens e mulheres negros/as em Alagoas, antes do século XX, as organizações negras desse estado assumiram uma formação diferente em relação aos estados da Bahia e Pernambuco, ou mesmo em relação a outras regiões, como o Sudeste. Ao que parece, essas organizações também estavam ligadas desde o tombamento da Serra da Barriga, na década de 1980, as regras do poder instituído. Não resultaram unicamente de uma trajetória histórica de luta da população negra. Por essa razão, isso nos leva a supor que a questão da crítica/luta contra a ideologia da democracia racial não recebeu maior atenção no estado de Alagoas, no mesmo período/contexto em que estava sendo abordada pelo Movimento Negro Contemporâneo em outros estados brasileiros.

Considerações finais

A atuação do Movimento Negro Contemporâneo (MNC) nas últimas décadas do século XX, ao priorizar a luta contra a ideologia da democracia racial, produziu novas estratégias de luta antirracista no Brasil a partir do incentivo a articulação de diferentes tipos de movimentos sociais. Nesse contexto de mudança das prioridades do movimento negro, as reivindicações desse movimento passaram a se associar a outros tipos de reivindicações das demais classes trabalhadoras, aproximando os debates sobre a relação entre trabalho, raça, classe e gênero.

O Movimento Negro Contemporâneo fazendo uso de argumentos voltados para a valorização da cultura e estética negra e também para o debate a respeito da relação entre raça, classe e gênero, apresentava outras alternativas de pautas de luta para militantes negros/as brasileiros/as (DOMINGUES, 2007, p. 116), enfatizando que a disputa por espaço político requer também o fortalecimento de uma identidade, ou seja, de um modo de ser e estar.

No estado de Alagoas, no mesmo período que o MNC priorizava a luta contra a ideologia da democracia racial, ainda despontavam as primeiras organizações negras, as quais ainda que abordando a problemática racial, pareciam priorizar como pauta de luta social a valorização da cultura, da estética e do trabalho de homens e mulheres negros/as. Essas organizações ficaram concentradas na cidade de Maceió, capital do referido estado, e muitas delas foram construídas com base nos princípios da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas.

Os princípios definidos nessa lei parecem ter impossibilitado a construção



de um movimento negro em Alagoas, pautado exclusivamente nas regras e trajetória histórica da população negra desse estado. Algumas organizações negras ao serem construídas como base nos princípios dessa lei, optaram por abordar questões culturais em detrimento daquelas que envolviam a utilização do termo “escravidão”, como a única ou principal questão para pensar a história dos homens e mulheres negros/as do Brasil.

Assim, percebe-se que o MNC, o Movimento Negro Unificado (MNU), a Comissão Pastoral da Terra de Alagoas (CPT/AL), a Associação Cultural Zumbi (ACZ), os Agentes da Pastoral Negros (APNs), o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Alagoas (PAAE/UFAL), o Núcleo de Identidade Étnico-Racial, a Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió, a Coordenação de Entidades Negras de Alagoas, a Fundação Alagoana de Capoeira, o Fórum de Entidades Negras de Alagoas, entre outras organizações negras, possuíam diferentes concepções a respeito de quais temas deveriam ser abordados a respeito da questão racial no Brasil. Além disso, a atuação das mesmas teve influência tanto das experiências de luta de homens e mulheres negros/as, como das decisões dos governos.

A tendência do MNC de tomar a crítica contra a ideologia da democracia como elemento central na luta de homens e mulheres negros/as, nas últimas décadas do século XX, não foi a tendência seguida por todas as organizações negras em Alagoas nesse mesmo período. A trajetória histórica de cada cidade, estado ou região é o que parece justificar a atuação das organizações negras consolidadas em cada espaço. No caso do estado de Alagoas, a população negra que permaneceu nesse local no século XX, carregou as consequências de todo o movimento de espoliação e violência infligidas contra essa população, desde o período da destruição do quilombo dos Palmares. O entendimento do movimento negro em Alagoas, desse modo, perpassa a compreensão dessa trajetória histórica, por muito tempo silenciada (SILVA, 2008, p. 12-33).

Em suma, espera-se com esse artigo, que as questões apresentadas a respeito de alguns movimentos sociais e organizações negras no estado de Alagoas, do Movimento Negro Contemporâneo e da crítica/luta contra a ideologia da democracia racial, contribuam para reflexões acerca das especificidades do movimento negro, bem como para estudos a respeito da questão racial no Brasil.

Referências

ALBUQUERQUE, Walmira R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no*



Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. 2ª Ed. São Paulo. Editora Ática, 1989.

_____. *A questão do território no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 51. ed. São Paulo: GLOBAL, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25., 2001, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: Anpocs, 2001. p. 1-22.

LIMA, José Carlos da Silva. *Terra, poder e liberdade: a ocupação sem terra na Flor do Bosque*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

LIMA, José Carlos da Silva; SANTOS, Alexsandra Timóteo dos Santos. Romaria da terra e das águas: o povo em caminhada. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de *et al.* (org.). *Terra e pastoral em Alagoas: conflito e liberdade*. Maceió: EDUFAL, 2014. p. 57-64.

NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

PEREIRA, Amilcar Araujo. *O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e a luta armada. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida (org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura, regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*. 4. ed. Rio de Janeiro:



Civilização Brasileira, 2010. p. 43-92.

SANTOS, Gevanilda. O negro e o socialismo. In: IANNI, Octavio *et al.* (org.). *O negro e o socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 21-38.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *História da África e do Brasil afrodescendente*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. *Serra dos perigosos: guerrilha e índio no sertão alagoano*. Maceió: EDUFAL, 2007.

SILVA, Jeferson Santos. *Cultura negra em Alagoas: uma construção de negritude*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

TEIXEIRA, Luana. *Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no segundo reinado*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

Notas

¹Graduada em Licenciatura em História pela UFAL, Especialista em História da Cultura Afro-Brasileira pela (UCAM), Mestra em História pela UFAL.